

Diversão, saúde infantil e modernidade: o lúdico torna-se técnico nas páginas do *Boletim da Legião Brasileira de Assistência*

Bruno Sanches Mariante da Silva

Universidade de Pernambuco
Petrolina, Pernambuco, Brasil

Recebido em: 07 mar. 2024

Aprovado em: 18 maio 2024

Aprovado em: 06 maio 2025

Resumo

O presente artigo objetiva analisar a atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma das maiores instituições de assistência do Brasil, pautada, sobretudo, pelo auxílio materno-infantil, na popularização de noções de puericultura e na propagação de um ideário de “maternidade moderna”. Para tal, tomou-se como fonte histórica de análise a sua publicação oficial, Boletim da L.B.A., periódico com conteúdo voltado à racionalização e modernização dos cuidados maternos e da infância, seguindo a esteira de transformações nas concepções sobre infância do período. Foram analisadas setenta e oito edições do Boletim da LBA entre 1945 e 1964. Buscando pensar uma maior ingerência da medicina e da ciência, a partir do século XIX, sobre os comportamentos e os espaços como um todo, objetivou-se investigar como a diversão infantil também passou ser alvo do olhar técnico e racional, bastante engajado no processo de disciplinarização dos corpos. Assim, pode-se concluir que o brincar passou a ligar-se, intimamente, com a educação no sentido ampliado, especialmente a educação do corpo e dos hábitos higiênico-modernos. O texto também enfatiza que todo esse arcabouço de disciplinarização e racionalização do lúdico encontra-se nas páginas do Boletim da LBA, numa tentativa de propagar a puericultura e mitigar a mortalidade infantil no Brasil, bem como bastante atrelado à consolidação de um modelo de vida e sociedade capitalista-burguesas no Brasil.

Palavras-chave: Puericultura. Legião Brasileira de Assistência. Lúdico. Infâncias.

* Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco, *Campus* Petrolina, Departamento de História. Doutor e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: bruno.sanches@upe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9170-6791>

 <http://lattes.cnpq.br/8241347498919461>

Fun, child health and modernity: the ludic becomes technical in the pages of the *Bulletin of Brazilian Legion of Assistance*

Bruno Sanches Mariante da Silva

University of Pernambuco
Petrolina, Pernambuco, Brazil

Received: 07th March 2024

Approved: 18th May 2024

Published: 06th May 2025

Abstract

This article aims to analyze the activities of the Legião Brasileira de Assistência, one of the largest assistance institutions in Brazil, focused on supporting mothers and children and, at the same time, popularizing notions of childcare and propagating an idea of “modern motherhood”. To this end, we have taken, as a historical source of analysis, its official publication, Boletim da L.B.A., a periodical with content focused on the rationalization and modernization of maternal and childhood care, following the wake of transformations in conceptions about childhood. Seventy-eight editions of the Boletim were analyzed, covering the period between 1945 and 1964. Seeking to think about a greater interference of medicine and science, from the 19th century onwards, on behaviors and spaces as a whole, the aim of the text was, therefore, to analyze how children's entertainment also became a target of a technical and rational perspective, heavily involved in the process of disciplining bodies. Thus, it can be concluded that the act of playing began to be closely linked with education in the broader sense, especially the education of the body and modern hygienic habits. The text also emphasizes that this entire framework for disciplining and rationalizing play is found in the pages of the Boletim da LBA, in an attempt to propagate childcare and mitigate infant mortality in Brazil, as well as closely linked to the consolidation of a model of life and capitalist-bourgeois society in Brazil.

Keywords: Childcare. Brazilian Legion of Assistance. Ludic. Childhoods.

* Adjunct Professor at the University of Pernambuco, Petrolina *Campus*, Department of History. PhD and MA in History from the “Júlio de Mesquita Filho” State University of São Paulo; BA in History from the State University of Londrina. Email: bruno.sanches@upe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9170-6791>

 <http://lattes.cnpq.br/8241347498919461>

Na historiografia brasileira, tradicionalmente, o período que se estende entre 1945-1964, no Brasil, é tido como um intervalo democrático, e, por vezes, considerado como anos dourados, com maior ênfase para a década de 1950. Tais percepções decorrem das inovações nas ciências e técnicas que ajudaram a promover novos estilos de vida, visando atingir certo pressuposto de progresso e de modernidade. Há significativa produção historiográfica acerca da “sociabilidade moderna” que se desenvolvera no período (Mello; Novais, 1998), no entanto, para além das sociabilidades e práticas de consumo, os contundentes discursos da modernidade e do progresso técnico-científico se consolidaram em diversos setores da sociedade como educação, forças armadas e medicina. Estabelecendo uma intensa oposição entre o moderno e o arcaico, entre o rural e o urbano, as formas de parir, cuidar e criar as crianças também passam a ser redefinidas. Esse processo percorre o tempo e decorre, sobretudo, da implantação mais tenazmente de modelos capitalistas-burgueses de desenvolvimento econômico e social.

O Brasil, sem dúvidas, viveu de forma contundente e específica a euforia dos seus afamados anos dourados e todos os embates próprios a eles, no sentido de fomentar e desenvolver a sua modernização. Trata-se de um interim de experiência democrática,¹ e que carregava ainda um aparelho estatal bastante rígido, herdado do Estado-Novo (1937-1945). Ao tempo que se constituía como um período fortemente marcado por transformações nas sociabilidades, tendo em vista a incorporação de novos hábitos e práticas culturais. A ideia de modernizar o país concatenava diferentes formas de atuação, como organizar a população, higienizar as cidades e os costumes e combater a mortalidade infantil – preocupação recorrentes desde o início do século XX. Diversas instâncias da vida social da nação estão correlacionadas nessa ambição moderna, como as migrações internas, o conflito mundial, os novos padrões de consumo, as novas formas de sociabilidade e de relações sociais, além de uma produção cultural também dita moderna.

Esperamos, portanto, no presente texto apresentar uma reflexão sobre a “modernização”, no sentido de uma racionalização e tecnificação, do lúdico, da infância e das brincadeiras infantis, isto é, o racional e técnico constituindo-se como norma moderna a ser seguida e incidindo sobre o cotidiano infantil. Em vista de tal propósito, voltamos nossa atenção para a Legião Brasileira de Assistência, buscando, por meio de sua publicação oficial Boletim da L.B.A., analisar medidas e projetos elaborados – levados à execução ou não – pela instituição no período entre 1945 e 1964.

A Legião Brasileira de Assistência – LBA – foi fundada em 1942 pela primeira-dama da nação, Darcy Vargas, com a finalidade de oferecer assistência às famílias dos brasileiros

1 É preciso, contudo, ressaltar que apesar das eleições diretas de três presidentes da República, o período foi de forte turbulência política e de riscos eminentes à democracia, com numerosas tentativas de golpe.

convocados para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada pelo governo para participação efetiva brasileira nos campos de batalhas da Segunda Guerra Mundial na Europa. A necessidade de auxílio aos familiares dos expedicionários brasileiros era urgente, uma vez que os recrutados eram, majoritariamente, oriundos das camadas mais pobres da sociedade brasileira (Ferraz, 2012). A LBA trazia como preceito estatutário ser presidida pela primeira-dama do país, e contava com o financiamento da Confederação Nacional das Indústrias e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, assim como o repasse de verbas federais (Silva, 2020). A instituição tornou-se bastante ramificada e espraiada pelo território nacional, pois, desde a fundação, contava com seções em todas as unidades federativas, o que intensificara seu poder de ação. Outro aspecto relevante sobre a LBA é sua longevidade, tendo atuado, mesmo com certas transformações, entre 1942 e 1995.

No contexto do conflito mundial, um dos objetivos da criação da LBA, em 1942, era também facilitar e aprimorar a comunicação dos “pracinhas” brasileiros, enquanto estivessem em combate na Europa, com suas famílias aqui no Brasil. Dessa forma, foi criado e publicado em janeiro de 1945 o *Boletim da LBA*, que, além de dar visibilidade às campanhas promovidas pela instituição, também divulgava cartas, pedidos, fotografias e mensagens enviadas tanto por expedicionários quanto por suas famílias. A publicação era produzida no escritório nacional da LBA no Rio de Janeiro e enviada para as seções estaduais e municipais de todo o Brasil, como nos demonstram cartas publicadas nas páginas do *Boletim*. É importante também salientar que sua distribuição era gratuita, o que nos faz considerar que a publicação ganha grande relevo visto o elevado grau de ramificação da LBA pelo país. No entanto, a publicação carece de informações, especialmente, no tocante à tiragem e ao corpo editorial, dados que não se encontram disponíveis. Tendo em vista que o *Boletim da LBA* é a publicação oficial da LBA, “Muito do que foi realizado pela LBA pode ser analisado por intermédio dessas publicações e, apesar de iniciar em 1945, é possível conhecer a atuação da instituição desde sua criação, uma vez que algumas das ações iniciais também foram publicadas nos Boletins”, aponta Barbosa (2017).

Posto que o *Boletim da LBA* e a própria LBA foram organizados no contexto da Segunda Guerra Mundial e do regime do Estado Novo, com o fim de ambos, em 1945, foi preciso uma reorganização nos objetivos e planos de atividades da instituição e de sua publicação oficial. Novos estatutos foram aprovados para a LBA em 1946, direcionando sua ação para a assistência à maternidade e infância, de forma mais ampla. Tal alteração alinhava-se com o inédito dever constitucional do Estado brasileiro, pois a partir da aprovação da nova Constituição Federal, em 1946, passou a ser previsto que se tratava de dever do Estado a proteção à infância e à maternidade (Côrtes, 2012). Transcrevemos uma passagem do *Boletim da LBA* publicado em 1947, no qual a finalidade primaz da ação da LBA, a partir de então, é apresentada.

O combate à mortalidade infantil, através de medidas práticas que assegurem maior assistência as gestantes pobres e efetivo amparo aos lactentes,

mediante a difusão de postos de puericultura, lactários, maternidades e creches assumem importância fundamental nessa patriótica campanha em que a L.B.A., se vem empenhando (*BLBA*, n. 27, set. 1947, p. 8).

Boletim da LBA consiste em nossa principal fonte para a presente análise, sendo, portanto, necessário fazer algumas ponderações sobre a publicação. A primeira delas é que *Boletim* se configura como o canal oficial de comunicação da LBA ao longo dos anos. Consequentemente, outro ponto a ser ressaltado é o frequente tom elogioso com o qual muitos textos buscaram representar dirigentes, membros e ações da LBA. Evidencia-se também que *Boletim da LBA* foi uma publicação bastante longa, apesar de passar por transformações e reorganizações que acompanharam as modificações na própria LBA, mudanças que levaram, inclusive, a algumas interrupções na publicação de edições do periódico, especialmente em momentos de grande tensão e/ou agitação política nacional, como o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e a renúncia de Jânio Quadros (1961). Desse modo, para a nossa análise dispomos de 78 edições² publicadas no intervalo entre 1945-1964. E por fim, é preciso também observarmos o teor dos artigos publicados no *Boletim da LBA*, percebemos que há textos com linguajar médico-científico e apresentando dados de pesquisas; assim como há também textos mais informais e mais didáticos, o que nos propicia o entendimento de que tanto o pessoal técnico da LBA quanto a população assistida pelos projetos configuravam o público alvo para o *Boletim da LBA* (Silva, 2020).

A LBA foi criada a partir do poder executivo, pela figura da primeira-dama Darcy Vargas. Tal relação com o poder executivo permaneceu bastante contundente com o passar do tempo, tendo acontecido maior aproximação no período 1955-1960, quando a LBA foi presidida por dois médicos de grande renome nacional, Raymundo Martagão Gesteira e Mário Pinotti, este último, a partir de 1957, acumulou a presidência da instituição com o Ministério da Saúde. Nesse interim, a instituição parecia almejar passar por transformações no sentido de abandonar o trabalho assistencial-caritativo e aplicar um programa educacional mais efetivo. Em sinergia com o governo federal de Juscelino Kubitschek (1956-1961), as atividades da LBA passam a ser, cada vez mais, orientadas por um caráter sanitário-desenvolvimentista, evidenciado nos diversos cursos de puericultura e na construção de centenas de postos de puericultura pelo país (tudo bastante noticiado pelo *Boletim da LBA*), auxiliando no progresso das metas propostas por JK, especialmente a ideia de interiorização e modernização da saúde que ele propunha a todo o país. A principal premissa do caráter sanitário-desenvolvimentista das medidas de JK e Pinotti (Presidente da República/Ministro da Saúde-Presidente da LBA) era de que um povo sem saúde não poderia progredir, nem social nem economicamente. O

2 Há uma lacuna na série de edições que dispomos para análise referente aos anos de 1948, 1949 e 1950, e que correspondem aos números de 30 a 62 do *Boletim da LBA*. Tal interrupção deve-se, sobretudo, a ausência desses exemplares no Arquivo do Ministério do Desenvolvimento Social por ocasião da realização da pesquisa material.

país só cresceria se o povo fosse saudável. Em alguns discursos, Juscelino afirmara que não haveria progresso econômico enquanto as doenças de massa acometessem as classes trabalhadoras (Silva, 2008). “Sanear os incapacitados pelas doenças de massa, reforçar a autoridade pública no interior e aumentar a produção da classe trabalhadora eram os eixos interpretativos que orientavam as metas estabelecidas por Juscelino no seu Programa” (*Ibidem*, p. 82).

Tais transformações operadas no escopo de atuação da LBA estão em consonância com o que a historiografia específica já vem demonstrando numa busca de conceituação e delimitação entre assistência e assistencialismo. O assistencialismo historicamente atrelado à distribuição de benesses e produtos (seja alimentícios, medicamentos, financeiros etc.), seja a partir de uma lógica populista ou do ponto de vista da caridade religiosa. A assistência pode ser pensada de forma mais ampla, sendo que, por sua vez, também tem seu início atrelado à caridade religiosa cristã. Tal concepção de assistência desenvolveu-se, inicialmente e mais efetivamente, na Europa a partir do século XII (Marcílio, 2006). A historiografia buscou demonstrar (*Idem*; Sanglard, 2015) que até meados do século XX, a assistência ficou marcada, de forma mais significativa, pelas iniciativas particulares e individuais do que por uma política de Estado organizada. É, mais precisamente, nas primeiras três décadas do século XX no Brasil que a filantropia começou a ganhar abordagens mais racionais, buscando auxílio na medicina preventiva e no higienismo, que então se popularizava (*Idem*).

Nossa análise sobre Boletim da LBA concentra-se em perceber os discursos ali veiculados sobre a infância, tanto nos textos de caráter médico quanto nos artigos sobre as campanhas e as ações empreendidas pela LBA. Discursos que, de modo geral, procuravam construir novas representações sobre infância e maternidade, baseadas nas chamadas “ciências modernas” e em preceitos técnicos-rationais. Assim, destacamos que a proposta aqui apresentada é centrada em uma análise de conteúdo dos textos publicados pelo *Boletim da LBA*.

É possível enfatizarmos que a LBA esteve empenhada em uma campanha contra o que chamava, nas páginas de sua publicação, de “ignorância” e “atraso”, isto é, travava uma batalha contra o conhecimento popular e tradicional, colocado em oposição aos conhecimentos médicos e científicos. A oposição entre arcaico e moderno – por vezes representada pela polarização “rural e urbano” –, recorrente no período, também toma seu posto no âmbito da saúde, especialmente, nas considerações sobre maternidade, gestação e infância.

Estabelecendo uma clivagem entre o saber médico e o saber leigo das mães, os médicos desqualificaram qualquer prática ou experiência que não tivesse fundamento científico e profissional. As mães são vistas com desconfiança e culpabilizadas pela mortalidade infantil, mas também são merecedoras da atenção e dos cuidados médicos. Como as crianças, as mães precisam ser educadas os médicos atribuem a si essa tarefa por meio de um conjunto de

práticas e de uma metodologia própria cujo objetivo é, em síntese, a normalização da maternidade (Martins, 2008, p. 143).

O debate entre arcaico e moderno, especialmente no que tange aos cuidados materno-infantis, dá-se no contexto de franca propagação da Puericultura, ramo das ciências da saúde dedicado aos cuidados com os recém-nascidos. O termo puericultura, etimologicamente, significa *criação de crianças* (*puer* – criança; *cultura* – criação), tendo sido formado e primeiramente empregado em 1762 pelo médico suíço Jacques Ballexserd (Bonilha, Rivorêdo, 2005). Entretanto, foi apenas no século XIX que a puericultura ganhou notabilidade no cenário médico, em especial a partir da apropriação feita pelo médico francês Alfred Caron em sua obra *La Puériculture, ou la Science d'éleverhygiéniquement et physiologiquement les enfants* (1865), passando a associar-se com os preceitos da higiene, bastante em voga naquele momento. Essa área da medicina moderna pode ser, brevemente, definida como um conjunto de normas com diferentes graus de cientificidade que procura, de modo geral, assegurar o melhor desenvolvimento para as crianças (Bonilha, Rivorêdo, 2005). Sobre o caráter científico da puericultura:

Entendida assim, ela se assemelha a um grande roteiro, constituído por roteiros menores, cada vez mais detalhados e específicos, que, se corretamente aplicados, cumprem o objetivo de prevenir distúrbios das mais diversas naturezas. Esses roteiros devem ser “científicos”, isto é, resultado de pesquisas na área da saúde em diferentes campos, como nutrição, antropometria, imunologia, psicologia e odontologia. Desta maneira, pretendem diferenciar-se do senso comum e ditam a maneira cientificamente mais correta de cuidar das crianças (Bonilha, Rivorêdo, 2005, p. 7).

Dessa forma, podemos observar que, desde as primeiras décadas do século XX, houve significativo esforço de racionalização e modernização do cotidiano materno-infantil, atravessando os seus diversos aspectos como higiene, alimentação, educação corporal, como já observou Freire (2009). Assim, no sentido da proposição e construção de uma modernização e cientificação da maternidade e da infância, o brincar, o caráter lúdico da educação infantil, também foi açambarcado pelo discurso modernizador e normatizador, como procuraremos analisar a seguir.

O brincar moderno

A infância, desse ponto de vista, não é outra coisa senão o objeto de estudo de um conjunto de saberes mais ou menos científicos, a coisa apreendida por um conjunto de ações mais ou menos tecnicamente controladas e eficazes,

ou a usuária de um conjunto de instituições mais ou menos adaptadas às suas necessidades, às suas características ou às suas demandas (Larrosa, 2017, p. 159).³

O filósofo Jorge Larrosa nos aponta um processo de cientificação dos entendimentos acerca da infância, e a elaboração de novas instituições e práticas para atuar nesses novos parâmetros, demonstrando, assim, certa conceituação reformada de infância. Na segunda metade da década de 1950, a LBA passaria – ou ensinaria passar – por uma significativa transformação em sua forma de atuação, especialmente no decorrer dos mandatos de presidente da instituição de dois médicos de grande prestígio, Raymundo Martagão Gesteira e Mario Pinotti. Raymundo Martagão Gesteira era médico pediatra e puericultor e possuía denotada importância na área médica, acompanhando a trajetória de seu pai, Joaquim Martagão Gesteira. Gesteira assumira a LBA em maio de 1955, acumulando a presidência da instituição e a direção do Departamento Nacional da Criança (DNCr), para a qual fora escolhido em 1954. O médico sanitário Mario Pinotti teve trajetória semelhante à de Gesteira, no entanto, aproximou-se mais da vida política. Pinotti, recém-formado, foi inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública, e em seguida foi o primeiro prefeito do município de Nova Iguaçu (1919-1922), diretor do Departamento Nacional da Malária (1942) e do Departamento Nacional de Saúde (1945). Assumiu o Ministério da Saúde nos governos de Getúlio Vargas (1954) e Juscelino Kubitschek (1958-1960), no qual também foi diretor do recém-criado Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956) e presidente da LBA (1957-1960) (Silva, 2008, p. 149-150). Pinotti exerceu a Presidência da LBA, uma vez que a primeira-dama Sarah Kubitschek não a ocupou durante o mandato de seu marido (1956-1960), conforme previa o estatuto da instituição.

O principal mote da reforma incitada por Gesteira e Pinotti consistiria em pautar a conduta da LBA por uma assistência empenhada em “educar” e não mais apenas “dar”, como o próprio *Boletim da LBA* procurou, enfaticamente, destacar. É possível identificarmos em suas páginas um processo de construção desse período como uma etapa de inflexão nas políticas assistenciais da instituição. Desse modo, o *Boletim da LBA* passara a divulgar que o direcionamento conferido à LBA no período seria o de transformar a assistência promovida pela instituição para além do assistencialismo, representado pela distribuição de benesses, sejam roupas, produtos alimentícios ou dinheiro. Em contraposição, seria desenvolvido um projeto assistencial guiado pela educação e por ações formativas, semelhante ao que já desenvolvia o DNCr (Marcílio, 2006). Em 1955, a publicação da LBA enfatizou a nova configuração para a atuação da instituição que Martagão Gesteira teria imprimido desde que assumira:

3 Agradeço a sugestão pertinente vinda de parecerista *ad hoc* da revista.

Em nossa passada edição já tivemos oportunidade de frisar o muito que merece ao Prof. Martagão Gesteira, Presidente da L.B.A., um vigoroso movimento em torno dos Cursos Populares de Puericultura, tanto no Distrito Federal como nos Estados e Territórios. [...] Não fôra a absoluta falta de espaço com que lutamos, haveríamos de noticiar mais amplamente tôdas as atividades desenvolvidas pela L.B.A. em colaboração decidida com o Departamento Nacional da Criança e instituições outras congêneres (*BLBA*, n. 80, out.-dez. 1955, p. 10).

O *Boletim da LBA* enfatizava a continua realização dos cursos populares de puericultura, uma atividade que já era desempenhada desde a origem da instituição e que nos anos seguintes viria a constituir a principal marca de sua atuação. O texto também procurou ressaltar o incentivo dado pelo presidente da LBA à realização de tais cursos, afirmando que “Êsses cursos, como se sabe, têm por finalidade instruir, educar e orientar as mães e futuras mães” (*BLBA*, n. 80, out.-dez. 1955, p. 10), destacando o principal público alvo da atuação legionária. Nesse sentido, em 1957, *Boletim* ressaltava o desenvolvimento de uma nova modalidade de atuação da LBA: a recreação infantil. “A Legião Brasileira de Assistência, sob a presidência do Professor Raymundo Martagão Gesteira, iniciou em 17 de Jan. uma nova modalidade de trabalho do seu programa de Assistência à Maternidade e à Infância: *trata-se de educar através da Recreação*” (*BLBA*, n. 85-86, jan.-jun. 1957, p. 24, grifos nossos).

Mário Pinotti em seu discurso de posse na presidência da LBA asseverou, categoricamente, seu desejo de ver a instituição passando por uma renovação em seus paradigmas de assistência:

A ação assistencial da Legião Brasileira de Assistência, no sentido puramente caritativo, de atender males imediatos ou pequenos senões e dificuldades individuais, que diariamente ocorrem entre os componentes de qualquer sociedade, deve ser reduzida ao mínimo, sempre que não atinja as próprias causas e razões dessas dificuldades (*BLBA*, n. 85-86, jan.-jun. 1957, p. 3).

Dessa maneira, no bojo das transformações pretendidas para o escopo de atuação de LBA, isto é, “mais educação e menos assistencialismo”, a LBA e sua publicação não se furtaram a uma reflexão e divulgação de certos preceitos sobre as brincadeiras e a presença do lúdico na vida infantil. Desde fins da década de 1940 até a década de 1960, *Boletim da LBA* ocupou-se, ocasionalmente, dessa temática, sendo possível concluir que sua reflexão focou-se em dois eixos principais: primeiramente uma reflexão sobre os parques infantis, um projeto para entrelaçar aprendizado e brincadeiras, ciência e lúdico, medicina e assistência social; e também um eixo em torno do acirrado debate sobre artes e práticas culturais e suas relações com o divertimento, a educação e a (de)formação do caráter infantil. Assim sendo, as páginas do

Boletim da LBA estão repletas de textos sobre diversão, brinquedos, técnicas recreativas etc., evidenciando sempre uma “moderna” apropriação sobre a temática.

É preciso pensarmos na formação do que Ariès (1986) chamou de “sentimento de infância”, na longa esteira dos séculos XVIII e XIX, isto é, a infância passou a ser pensada e considerada como uma fase importante na formação e, especialmente, na evolução do ser humano. Segundo Kishimoto (1995) abriu-se, então, um espaço propício para o surgimento e desenvolvimento da área da Psicologia Infantil, protagonizada especialmente por Jean Piaget, o qual passa a defender, nas décadas de 1930 e 1940, a importância do ato de brincar para a construção de referenciais para as crianças.⁴ As brincadeiras e os brinquedos deixam de ter um caráter puramente lúdico e passam então ser pensadas como estratégias e mecanismos de aprimoramento e desenvolvimento infantil-humano. Maria Martha Freire também alcança semelhante reflexão ao analisar o modo como as revistas femininas do início do século XX representavam as brincadeiras e a necessidade do lúdico no cotidiano infantil.

As brincadeiras infantis deixavam, assim, de figurar como atividades lúdicas, guiadas meramente pela busca do prazer, para alcançar o patamar de prática científica, visando tanto ao condicionamento físico quanto ao incremento do desenvolvimento psíquico e intelectual das crianças (Freire, 2009, p. 196).

Tais ressignificações do brincar, das brincadeiras e dos brinquedos se dão, como já destacado, no bojo de uma transformação nas percepções sobre a infância e, para além disso, no processo de consolidação de uma lógica capitalista-burguesa de apropriação do tempo, do espaço e dos corpos para que estes sirvam de modo mais produtivo e útil. Em vista disso, Lemos, ao refletir sobre a incidência desse olhar tecnicista sobre o brincar, destaca:

O brincar também foi inserido em uma temporalidade produtiva, afinal o tempo e local das brincadeiras deve obedecer à lógica da utilidade constante, das práticas regulares de formação do suposto ser em desenvolvimento. Não se pode brincar a qualquer momento; mesmo o brincar considerado “livre” ou espontâneo deve ter um horário definido, pois, do contrário, tanto o excesso como a falta poderia afetar negativamente o desenvolvimento, de acordo com os adeptos das perspectivas tecnicistas (Lemos, 2007, p. 88).

É preciso, contudo, apontar que há uma transformação no entendimento sobre educação infantil no Brasil, iniciada em finais do século XIX e bastante consolidada no período

4 Jean Piaget (1896-1980) foi um psicólogo suíço conhecido por suas contribuições significativas para a compreensão do desenvolvimento cognitivo em crianças. *O juízo moral na criança* (1932) e *A Construção do Real na Criança* (1937) são obras emblemáticas desse processo de construção de um conhecimento científico, no começo do século XX, sobre o desenvolvimento infantil.

do Estado-Novo (Carvalho, 1997; Parada, 2011). A criança passa a ser entendida como uma massa plástica e plasmável, que pode ser moldada e formatada. Assim, Carvalho (1997, p. 286) destaca que “Disciplinar não é mais prevenir ou corrigir. É moldar. É contar com a plasticidade da natureza infantil, com sua adaptabilidade, com sua capacidade natural de ajustamento a fins postos pela sociedade”. A educação escolar passava a relacionar-se diretamente com os preceitos de higiene. Sobre o contexto do Estado Novo (1937-1945), Parada (2011, p. 367) assinala que:

Ainda no campo das intersecções entre a pedagogia e a medicina infantil, nota-se que, para os médicos puericultores, a escola primária deveria deixar de ser um aparelho meramente intelectual e se transformar em um “sistema plasmador de personalidades ajustadas e produtivas”. Isso significava que a escola deveria se constituir em uma agência fornecedora de capacidades que permitiriam à criança se ajustar à sociedade.

Referindo-se a duas instituições importantes do período – a escola primária e o posto de puericultura – Maurício Parada (2011, p. 370) observa o sentido de complementação que ambos possuíam:

A prática da educação física, as cartilhas e a ação do DNCr tinham um entendimento muito peculiar no que se referia a sua eficácia. O pedagógico seria um domínio cognitivo responsável pela transmissão de um modelo disciplinar ancorado em valores cívicos, e o posto de puericultura imprimiria nas famílias um sentimento de solidariedade nacional.

É importante ressaltarmos que o período dos anos 1940 até finais dos anos 1960, o trabalho se tornara *conditio juris*, isto é, para se ter acesso aos benefícios sociais, era preciso estar inserido na lógica do trabalho assalariado e reconhecido. Isso nos leva a uma situação em que o cidadão passava, então, a ser preparado para a função laboral desde a tenra idade. No período aqui enfatizado, cabe evidenciarmos que, segundo Pasinato (2013), o presidente JK referia-se, constantemente, em seus discursos ao ensino técnico-profissional como caminho para o desenvolvimento do país. É necessário, portanto, considerarmos a relação entre trabalho e acesso ao lazer, que, segundo Marcelino (1987), estava pautada por uma abordagem funcionalista. Para o funcionalismo, o lazer não existe simplesmente para proporcionar prazer, ele tem a função de recuperar a ordem e a unidade e manter a “paz social”. O lazer apresenta-se como um remédio para a harmonia social.

Boletim da LBA ocupou-se, desde a década de 1940, de reflexões acerca da temática do lazer e do lúdico, assim, localizamos que, ao longo do ano de 1947, a publicação elaborou uma longa série de matérias (presente nas edições n. 22, 23, 24, 26, 27, 28 e 29) sobre os “Parques infantis”, instituições que receberiam as crianças e adolescentes para um atendimento mais

completo, isto é, desde tratamento médico e odontológico até atividades recreativas consideradas “sadias”. Cleide Andrade aponta que esse modelo de atendimento já existia em diversos estados brasileiros, bem como em outros países europeus e da América Latina, e que “os PIs [parques infantis] não eram escolas, mas sim um projeto destinado a atender tanto os alunos fora do horário escolar quanto aqueles que ainda não tinham idade para frequentar o grupo escolar e os que estavam sem trabalho” (2008, p. 168). Sobre o assunto, o *Boletim* (22 jan. 1947, p. 5) destacou:

Sob o ponto de vista técnico, o Parque Infantil é uma instituição que requer a sua colaboração com os educadores especializados e médicos puericultores, afim de atingir o fim colimado de projetar ambiente capaz de corrigir os defeitos manifestados na infância, sem o emprego de corretivos deprimentes que possam afetar a sua personalidade em formação; descobrir pelos gestos, palavras atitudes, enfim pelas formas simples e espontâneas da criança, qual o seu pendor ou inclinação para que, estimulando-a, deixe-a completamente à vontade, fazendo-a brincar como determina o seu temperamento.

Interessante notarmos que o propósito dessa instituição seria corrigir os “defeitos” manifestados, isto é, há um pressuposto de normal e de perfeito que se almeja atingir. Na apresentação dos Parques Infantis, o *Boletim da LBA* também expõe uma delimitação sobre diversão. Em verdade, constrói-se uma contraposição aos parques de diversões: “Precisamos mover um acirrado combate à falsa interpretação de ser o Parque Infantil um Parque de diversões, cuja principal finalidade é servir de ‘depósito’ para as crianças, enquanto os pais fruem displicentemente completa liberdade” (*BLBA*, n. 22, jan. 1947, p. 5). A passagem ilustra uma crítica a certos comportamentos parentais, tomados como relapsos, mas também aponta uma diferenciação que aparece como ponto nodal da constituição do Parque Infantil, isto é, ele não é uma diversão fútil ou inútil, conceitos que são evidenciados em outra edição do *Boletim* (n. 24, abr.-maio 1947, p. 5, grifo nosso):

Temos de observar com o maior cuidado a aparelhagem que deverá formar o conjunto, para, dentro do exemplo prático, combater com eficiência o falso conceito de “Parque de Diversões”. Indubitável é, que o campo de esportes seja um parque de diversões, porém, não seria lícito confundir a diversão sadia e educativa, com a diversão apenas e unicamente recreativa. No primeiro caso, vamos encontrar como comprovantes irrefutável, que nos espíritos bem formados a educação física e cultural, sempre diverte, logo...; no último caso, vamos observar que nem tudo que diverte é próprio à matéria e ao espírito. Da análise feita, concluímos que a diversão, como todo o elemento imprescindível à criança, deve ser ministrada dentro do mais rigoroso controle

científico, dosando a sua aplicação de acordo com a formação orgânica e índole de cada criança.

Na comparação entre uma diversão unicamente recreativa e outra chamada de “sadia e educativa”, esta última é reforçada e almejada pela publicação. Todavia, cabe destacar que, na passagem acima citada, *Boletim da LBA* é enfático ao asseverar que a diversão também deve ser submetida a um rigoroso controle científico, assim como já ocorria com os demais âmbitos da vivência infantil pela puericultura.

Ao longo das publicações do ano de 1947, a publicação foi revelando detalhes sobre cada ambiente do Parque Infantil (vestiário, galpão, sala de leitura/costura, auditório, campo de esportes, tanques etc.). Nas edições n. 28 e n. 29 foi publicado o esboço de um regimento para a unidade. Como tal publicação ocupou ao todo mais de seis páginas, transcreveremos aqui excertos da seção sobre as “finalidades” do parque:

Art. 1º: Os parques infantis, unidade de proteção à infância têm por finalidade:

- a) orientar o desenvolvimento da criança no terreno físico social, prestando-lhe toda a assistência e preparando-as para que se tornem *úteis e normais*;
- b) executar essa atividade por meio suasórios, afim de não despertar complexos de qualquer natureza;
- c) elaborar um arquivo completo de cada inscrito, por meio de fichas e gráficos, de sorte que, quando a criança terminar o período de estágio, possa receber um completo relatório de seus desenvolvimentos físico, mental e social;
- d) pesquisar, dentro do campo científico as inclinações vocacionais e pendores procurando desenvolver os úteis e eliminar os prejudiciais;
- e) *controlar*, por meio de visitas domiciliares do serviço social, *o meio em que as crianças vivem*, estendendo a assistência até aos seus lares, procedendo aos ajustes que se fizerem necessários;
- [...]
- q) Procurar eliminar tôdas as deficiências apresentadas pelos menores matriculados, empregando não medicamentos, como também o uso de aparelhos de esporte que possa corrigir pelo desenvolvimento muscular qualquer atrofia apresentada (*BLBA*, n. 28, out. 1947, p. 10-11, grifos nossos).

Há, enfaticamente, o sentido de endireitar e corrigir aqueles jovens considerados “defeituosos” ou “anormais”, e para tal é preciso se estabelecer uma norma. O normal é o higiênico, controlado e disciplinado tanto pelas instâncias educativas quanto as recreativas. Ortopedia social, isto é, prevenção ou correção da deformação de comportamentos sociais considerados desviantes. “Observar, medir, classificar, prevenir, corrigir. Em todas essas operações, a remissão à norma é um constante” (Carvalho, 1997, p. 278).

Sobre os Parques Infantis, o que *Boletim da LBA* realizou em 1947 trata-se de uma série de estudos teóricos sobre tais instituições – chegou mesmo a divulgar plantas, croquis e esquemas de como funcionariam –, provavelmente como elemento divulgador de tais preceitos e motivador para que as Seções Estaduais da LBA se engajassem na construção desses equipamentos por todo o Brasil. No entanto, nas páginas do *Boletim* ao longo dos anos seguintes, sempre muito atentas aos feitos e realizações da instituição, não há qualquer indício de que esses parques foram construídos seguindo o modelo divulgado. Contudo, em 1951, há uma referência à construção de parques para crianças em Belo Horizonte, mas não há menção que tenha sido seguindo os parâmetros já apresentados anos antes pela LBA, menciona-se apenas o cumprimento da “técnica moderna”, conforme destacou *Boletim* (n. 70, set. 1951, p. 14):

De acordo com o plano urbanístico do Prefeito da capital mineira, estão sendo tomadas todas as providências, para a construção de diversos parques nos bairros. Esses logradouros públicos serão dotados de todos os atrativos para as crianças, obedecendo à técnica moderna.

Nessa proposição dos parques infantis o que se destaca é o entendimento de que a brincadeira, a diversão, devem ser primeiramente úteis e formativas. As crianças não devem apenas se divertir, mas sim aprender, desenvolver-se, tanto física quanto mentalmente, por meio das brincadeiras. Tal compreensão permanece presente em publicações do *Boletim*, mesmo quando não se refere mais aos parques infantis, como é possível percebermos em um texto publicado também em 1951 e intitulado “Brincando, aprende-se”:

Brincando, a criança aprende, experimenta, tenta fazer as coisas, explora tudo quanto a rodeia. À medida que vai crescendo, adquire mais destreza de movimentos e pode empilhar blocos cada vez mais altos. Já quer brinquedos com os quais possa fazer alguma coisa. Pouco a pouco vai aprendendo a brincar nos jogos organizados e aprende algumas das lições fundamentais para viver feliz na sociedade. Aprende e, ao mesmo tempo, vai adestrando os músculos (*BLBA*, n. 68, jul. 1951, p. 13).

O ato de brincar é algo que precisava ser aprendido pela criança. Mais do que isso, o ato de brincar é o promotor do aprendizado e do desenvolvimento infantil, desse modo, ele não deveria ser ignorado ou simplificado como “atividade recreativa”. Em 1957, *Boletim* publicou texto de teor semelhante e intitulado “Brincar é aprender a viver”, onde enfatizava-se que brincar é importante para o desenvolvimento completo e sadio da criança e por isso dever ser procedido corretamente:

A criança que não brinca não é uma criança sadia. [...] Podemos educar as crianças por meio da recreação e dos brinquedos adequados. Pelos brinquedos a criança anima tôdas as cousas e dá expressão às suas tendências e aspirações. [...] A ausência de brinquedos pode conduzir a criança à preguiça e a devaneios. Criança que não brinca com brinquedos brinca somente com a imaginação. Quando crescer poderá vir a ser um sonhador, *um débil na ação*. Por estas razões o brinquedo é uma atividade tão importante para as crianças quanto o trabalho para os adultos (BLBA, n. 89, nov.-dez. 1957, p. 18, grifos nossos).

Na passagem supracitada, é evidenciada a importância do brinquedo para a criança, uma vez que ele faz parte da essência da infância, e por meio dele a criança poderia se desenvolver completa e sadiamente. Também está expressa a ideia do trabalho/ação como elementos constituidores do homem/adulto moderno. O brinquedo está para a criança, como o trabalho está para o adulto, isto é, ambos colocam o ser em ação, inquieto. Desse modo, em 1959, *Boletim* ressaltava a importância do brinquedo, e o coloca na condição de determinante do futuro, não só da criança como da pátria:

O BRINQUEDO na vida da criança é uma preparação para seu futuro. É ainda a melhor maneira de desenvolver-lhe o físico e a inteligência. A grande vantagem da recreadora é que ela ensina a criança a brincar bem, escolhendo os brinquedos que a auxiliem a fortalecer os músculos e esclarecer o raciocínio. [...] A L.B.A., proporcionando às crianças sob sua responsabilidade, além de outros benefícios indispensáveis à saúde, uma recreação bem orientada, de acordo com a técnica moderna, está lhes prestando a melhor assistência física, moral e espiritual, concorrendo assim para o preparo de grande número de brasileiros que serão, no futuro, cidadãos úteis à sociedade e à Pátria (BLBA, n. 98, ago.1959, p. 33, grifos nossos).

Na publicação é mencionada a ideia de “uma recreação bem orientada, de acordo com a técnica moderna”, sendo conduzida por alguém capacitado que deve proceder a escolha correta dos brinquedos. Enseja-se, assim, a questão sobre como saber o que é uma recreação adequada e de acordo com a técnica moderna. Pensando nesse possível problema, a LBA passou a realizar cursos de formação em Recreação Infantil. Há menção a esses cursos entre os anos de 1956, 1957 e 1958. Em 1957, o *Boletim* da LBA apresentou matéria para explicar a forma do curso, onde destacou-se que “constou o referido curso de dezesseis aulas práticas e teóricas, visando, principalmente, incutir nas alunas a necessidade da recreação na vida moderna (BLBA, n. 87, jul.-set.1957, p. 27). A publicação havia enfatizado, um ano antes, que “o curso tem caráter essencialmente prático e é destinado a pais, educadores e, sobretudo, às mães que trabalham fora do lar” (BLBA, jul.-set. 1956, p. 10). O intento com esses cursos era

de que a recreação nas creches, parques infantis e demais estabelecimentos pudesse passar a ser, de alguma forma, adequada às normas e técnicas modernas. O que se pode observar, pela análise da publicação, é a propagação da concepção de que as diversões devem ser dotadas de certa utilidade, não podendo ser apenas lúdicas, mas sim empregadas no desenvolvimento físico e emocional das crianças. Além disso, permeia toda a discussão a noção muito viva de estrito controle, tanto dos pais sobre os filhos, bem como do próprio Estado sobre as crianças.

É preciso elucidarmos que a LBA sempre esteve contígua ao governo federal, desde sua fundação, principalmente pela figura de seus/suas presidentes, mas também em razão do fomento financeiro e participação de membros do executivo federal no Conselho de Administração da entidade. Sua atuação, desse modo, frequentemente fora revestida de um discurso nacionalista e patriótico. A assistência e a proteção às mães e crianças brasileiras eram tidas como trabalho nobre e serviço prestado à nação, uma vez que se baseia no entendimento de que a criança é o futuro do país, não pertencendo à família, mas sim à nação, ao Estado.

Desde as primeiras décadas do século XX, passou-se paulatinamente a fomentar fortes campanhas pela redução dos níveis de mortalidade infantil. “No Brasil, embora o despovoamento não se constituísse em problema central, a percepção da precariedade das condições de saúde da população causava preocupação e representava ameaça ao futuro da nação” (Freire, 2009, p. 100). Freire ainda chama a atenção que “A proteção à infância [...] mostrava-se em sintonia com o ideário nacionalista que depositava nas crianças a esperança de progresso e construção da nação brasileira” (*Ibidem*, p. 68).

Assim, evidenciou-se como o ato de brincar e os brinquedos em si compunham elementos de grande atenção para a LBA e para as políticas e os projetos pensados para a nação.

O brincar moderno Cenas modernas: lazer e cinema na atenção da higiene

Atenta aos preceitos acerca do bem-estar infantil de um modo geral, a LBA, postulava, especialmente por meio de seu Boletim, não apenas sobre o desenvolvimento físico-motor das crianças, mas também, e sobretudo, sobre a formação moral da infância brasileira. Além de ocupar-se – de forma menos frequente – da divulgação de preceitos cristãos,⁵ a preocupação com uma base moral para as crianças também era intermediada pelas práticas de divertimento, tendo em vista que a atenção destinada ao lazer não se manifestava apenas

5 Foge ao real escopo do trabalho, bem como requer demasiado espaço e atenção, no entanto, é digno de se apontar uma reiterada proximidade entre a LBA e a Igreja Católica. Frequentemente são publicados textos no Boletim com clara orientação católica, inclusive com destaque para as opiniões emitidas pelos Papas. Pelo menos entre 1951 e 1963 a Ação Social Arquidiocesana ocupou um dos cargos de vice-presidente na LBA.

no tocante à infância, mas abrangia também o trabalhador em geral. Atentar-se às discussões acerca do lazer público significava vigiar e controlar a figura do vadio ou malandro, isto é, elementos que se opunham à lógica produtivista impetrada pelo capitalismo.

No início do século XX, no Brasil, ganham corpo discussões em torno do “problema do lazer”, cujo objetivo principal era tentar regular o uso que os trabalhadores faziam de seu tempo livre para que não incorressem em atividades que ameaçassem a ordem dominante. Nesse contexto, o lazer deveria ser atrelado aos ideais de moralidade e civilidade. A partir da década de 1930, a tendência era enfatizar, no tempo livre, a prática de atividades de “grande alcance moral e higiênico”, com destaque para lazers que envolvem um estilo de vida saudável (Miguel; Rial, 2012, p. 158-159).

Essa atenção destinada ao lazer é intensificada quando passa a incidir sobre novas formas de sociabilidade e entretenimento ditas modernas, com especial atenção para o cinema. Este chegou ao Brasil logo em seguida da invenção do aparelho cinematógrafo na França pelos irmãos Lumière em 1896, mas é nas décadas de 1940 e 1950 que obterá grande sucesso e popularização, em razão das transformações nos padrões de vida e de consumo, ligados à vida urbana em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

O hábito de ir ao cinema tornara-se de tal forma popular, que, ao redor dos anos 40, “em cidades de grande porte, como Rio de Jan. ou São Paulo, 80% da população frequentava as salas de exibição centrais ou as de bairro pelo menos uma vez por semana?” Na verdade, no Brasil, como em outras sociedades, “o evento era ir ao cinema, e não assistir a este filme em particular” (Louro, 2010, p. 425).

Parte do sucesso do cinema se dá em face do surgimento de um novo fenômeno social: a juventude. A transição entre a adolescência e a vida adulta passava agora a ser marcada pela figura do jovem.

A consolidação da arte cinematográfica no Brasil acompanhou o aumento do número de produtos criados para a juventude. Os anos 1950 assistiram a uma distinção entre o que era ser jovem em contraposição à vida adulta. Roupas, corpos, música, linguagem e comportamento alcançavam um estatuto próprio para os indivíduos que ainda não haviam atingido a idade adulta. O cinema, assim como a música, passa a ser uma das referências desse grupo que tentava marcar a diferença entre a infância e a maturidade. Ao mesmo tempo, esse grupo passa a ser alvo de preocupações e discursos de diversos

setores, como a Igreja, e servindo de base para novas teorias psicológicas (Vieira, 2010, p. 7).

O que se quer destacar é que em face do grande sucesso obtido pelo cinema, como elemento prenhe de modernidade, logo se viu um potencial na formulação de novos hábitos e costumes, influenciando fortemente práticas e representações culturais. Segundo Miguel e Rial (2012, p. 154), é importante destacar as fortes pressões moralistas sobre a sociabilidade feminina, especialmente no que tange ao cinema, uma vez que “os mais conservadores, especialmente os católicos, não perderam tempo em criticar as “más influências” dos filmes exibidos em ambientes escuros na mente dos jovens e das mulheres.

O cinema brasileiro desenvolvera-se eficazmente no período, mas o predomínio ainda era do cinema estadunidense. Mais do que popularizar atores e atrizes e exibir cenas de aventura, comédia e romance, os filmes estadunidenses lançavam um estilo de vida, que passaria a influenciar os jovens brasileiros, contrariando os setores mais conservadores.

Em revistas especializadas e em revistas de variedades de circulação nacional, os astros americanos tinham um destaque evidente: seus filmes, suas vidas, amores, viagens, hábitos, comportamentos e preferências eram escrutinados; eles e elas recomendavam produtos e ditavam moda, ensinavam como ser atraente e elegante, anunciavam novos aparelhos e tecnologias domésticas, músicas e recursos de beleza e de higiene. Ajudavam a produzir, assim, um outro estilo de vida, buscavam construir um novo ritmo, uma nova dinâmica, instituíam códigos de sedução, de bom-gosto, de saúde; participavam da invenção de modernas normas de convivência (Louro, 2000, p. 426).

É nesse contexto de grande furor social e temor frente ao seu poder sobre os comportamentos, que podemos encontrar no *Boletim da LBA* reflexões sobre o cinema como um elemento, sadio ou não, de entretenimento e educação. Apesar de esporadicamente ser representado como um aparato benéfico – um símbolo moderno –, o cinema é majoritariamente apresentado nas páginas do *Boletim* como uma questão problemática, especialmente um assunto de higiene. É em 1951 que aparece o primeiro texto no *Boletim* sobre a temática. Intitulado “O Cinema e a Criança”, o texto disserta inicialmente sobre o problema da criminalidade infantil que se agravava em todos os países. O *Boletim* (n. 67, jun.1951, p. 13) afirma:

O cinema, diversão barata e acessível, concorre em grande parte para êsse deplorável estado de coisas [a criminalidade]. É muito grande sua influência na vida emocional e mental das crianças. Os chamados filmes “em série”, os de “*gangsters*”, latrocínios, assaltos, suicídios, adultérios, etc., estão causando tremendas devastações no comportamento moral da criança brasileira.

Nessa passagem, é possível percebermos que fora atribuído grande poder de persuasão aos filmes, que seriam capazes de instilar “devastações morais” na criança brasileira. O mesmo tema encontra-se presente na edição subsequente, na qual a discussão é retomada, agora para avaliar o “Poder da Imagem” e assim, alarmantemente, desaconselhar esse tipo de diversão:

O maior desejo de uma criança é participar do mundo dos adultos e, através do cinema, crê poder realizar aquele desejo. Não podendo distinguir o irreal da realidade, procura imitar o que vê, aquilo que no écran parece tão fácil de se fazer. Este mimetismo tira-lhe algumas vezes, a noção do perigo. Inúmeros casos o provam (*BLBA*, n. 68, jul. 1951, p. 2).

Esse mesmo texto prossegue elencando os problemas que o cinema pode causar, não só de ordem moral, mas enfatizando os danos à saúde:

Sem falar nos inconvenientes que representam para a saúde da criança estas longas sessões em salões abafados e superlotados, onde o risco do contágio se multiplica, onde as diversas intensidades de luz podem provocar perturbações oculares, e das sessões noturnas, que as privam de um sono indispensável ao seu equilíbrio, examinemos os malefícios do cinema sobre o equilíbrio moral e psicológico da criança (*BLBA*, n. 68, jul. 1951, p. 2).

As objeções ao cinema em nome da saúde infantil e pública parecem revestir um discurso de crítica ao comportamento estadunidense veiculado pelas películas, inclusive como estratégia política num contexto de disputa ideológica com a União Soviética. Na edição nº70 do Boletim, em um texto sobre “Diversões Públicas”, encontra-se publicado um texto sobre o “decaimento moral” das diversões públicas como o teatro, o rádio e, claro, o cinema. Sobre o último:

No cinema, baste dizer que nos próprios Estados Unidos, quase monopolizadores dele, a Legião da Decência condenou 75% das películas. É esse cinema que serve de escola do crime, que altera o sistema nervoso das crianças, que ensina às donzelas o que elas deveriam desconhecer e que, pela imagem, apresenta aos casados tais justificativas do adultério, que a gente acaba surpresa ao saber que em casa de um amigo é mantida a fidelidade conjugal (*BLBA*, n. 70, set. 1951, p. 21).

É mais contundentemente evidenciada a suposta contribuição que o cinema daria para a corrupção do comportamento moral. É claro que se trata de uma postura bastante

conservadora frente a uma nova forma de expressão e comunicação que ganhava, rapidamente, largo espaço na sociedade. No entanto, a importância das películas e, mormente, a presença das crianças nas sessões de cinema continuavam a ser incômodas e registradas no *Boletim da LBA* (n. 73, dez. 1951, p. 11).

Faz pouco, um cientista canadense dos mais ilustres, que se encontra entre nós, foi em companhia de um médico brasileiro a um cinema em Copacabana. Houve um raro momento de folga, e resolveram aproveitá-la diante de uma tela cinematográfica. Era, por sinal, dia de trabalho. Pois o número de crianças presentes era tão grande, a algazarra tão ruidosa, que o canadense não pôde conter uma pergunta:

- “Os meninos aqui não vão ao colégio?”

Essa passagem é excepcionalmente reveladora pela forma como foi construída, pois ao citar o cientista, sobretudo estrangeiro, corrobora-se uma imagem de autoridade intelectual, cuja presença no cinema em dia útil é apontada como algo raro, uma folga merecida. O espanto apresentado e o questionamento posto pelo cientista canadense em face da grande presença das crianças remontam à questão de que elas deveriam estar na escola e não em um cinema, que é a mensagem que, seguramente, almejava-se transmitir.

É oportuno frisar que todas as passagens supracitadas datam do ano de 1951, assim como cabe destacar que ainda naquele ano apareceria certa alteração de perspectiva sobre o cinema nas páginas da publicação. Em um texto intitulado “Deve-se proibir o cinema para as crianças?” é apresentada certa conclusão de que “Agora não se pode mais combater o cinema destruindo-o; aliás, isto seria uma solução negativa; e só o positivo tem valor. O cinema, por causa de seu grande poder, deve ser empregado ao serviço da criança.” (*BLBA*, n. 72, nov. 1951, p. 9). Isto é, a LBA e seus técnicos perceberam o poder que o cinema poderia ter de incutir novos comportamentos e hábitos, também nas crianças, e que tal eficácia poderia ser usada em seu favor. Cabe, igualmente, observar que data de 1951 o decreto presidencial nº 30.179 que determinava em seu primeiro parágrafo que todos os cinemas do Brasil deveriam exibir um filme nacional para cada oito estrangeiros. Do ponto de vista da indústria cinematográfica brasileira, tais determinações não se consubstanciaram em efetivo incremento: “mesmo no auge da chanchada [gênero mais popular no período], o fiel sempre pendeu para o outro lado: dos 621 filmes exibidos em 1953, somente 34 eram nacionais. Ocupávamos então menos de 6% do mercado. Não progredimos muito sob as asas do governo” (Augusto, 1989, p. 27). Sérgio Augusto ressalta que em finais da década de 1940 e início dos anos 1950 vivia-se um período de intensas críticas morais ao cinema, em especial os brasileiros de tipo chanchada. Assim, o autor cita uma crítica publicada no jornal *Correio da Manhã* em (18 fev. 1949 *apud* Augusto, 1989, p. 21): “A censura não fosse ela tão sectária e estúpida, competia pôr um paradeiro às pornografias celuloidificadas que infestam nossas telas, não lhes atribuindo o esperado e famoso carimbo de “boa qualidade”.

Esse debate sobre uma diversão adequada, moralmente, perpassa todo período estudado, incidiu tenaz e principalmente sobre o cinema, talvez em função da ligação com padrões de comportamento estrangeiros e por ser uma arte mais “moderna”. No entanto, a postura de questionar as formas de divertimento também atingiu outras manifestações artísticas. Em 1955, ao referir-se à montagem de uma biblioteca para crianças, ressaltou-se:

Na escolha dos livros e das revistas, deve ser levado em conta principalmente seu conteúdo de fundo moral, evitando-se com o maior cuidado livros que agucem a curiosidade, quanto à diferença de sexos, problemas acima da compreensão atual do menor, livros de aventura onde o banditismo, o furto, o prazer natural, a vida aventureira, a exaltação do mais forte em detrimento [sic] do fraco e pobre sejam citados quer direta quer indiretamente, formal ou simbolicamente (BLBA, n. 80, out.-dez. 1955, p. 20).

Percebemos a exacerbada preocupação com a formação moral das crianças, inclusive evitando livros que “agucem a curiosidade”. Em contraposição, em 1956, o circo foi apontado como uma diversão moralmente adequada às crianças. No *Boletim* enfatizou-se que “as crianças têm, nos circos e nos jardins zoológicos, suas diversões prediletas. [...] Não deixem os pais de levar seus filhos a espetáculos tais, que os distraem sem lhes prejudicar a formação moral” (BLBA, n. 83, jul.-set. 1956, p. 55). Já em 1963, destacou-se que o Juizado de Menores havia aprovado normas para a censura aos espetáculos, “sabendo-se, como sabemos, da importância que as diversões, de um modo geral, representam para os espíritos em formação” (BLBA, n. 110, abr.-jun. 1963, p. 14). Assim, em linhas gerais, o Juizado de Menores, naquele momento, apontou que: “Os espetáculos devem contribuir para o menor, além de uma sadia distração, um poderoso meio educativo, concorrendo para a formação de sua personalidade, pela [sic] preservação de sua sensibilidade e pelo desenvolvimento de suas virtudes morais e cívicas” (*Idem*).

Em um período de intensas e aceleradas transformações sociais – acentuada migração e êxodo rural, ascensão da vida urbana, novas relações de gênero –, marcado por um discurso de modernidade e tecnicidade, há o choque com diversos hábitos, principalmente com aquelas práticas culturais “importadas”, o *American Way of Life*, que penetram, exponencialmente, no território brasileiro pelo cinema e pelas revistas. O discurso conservador tenta fixar uma clara oposição às práticas sociais, inclusive as de lazer, que não presassem pela norma moral. O que nos é relevante apontar é a posição clara da LBA em assumir um lado de defesa conservadora, tentando regular e desabonar certos divertimentos, ainda apoiada no discurso de fazer cumprir seus ideais puericultores e higiênicos de proteger a criança brasileira e contribuir para o seu pleno e sadio desenvolvimento.

À guisa de conclusão

Desse modo, à guisa de conclusão, queremos ressaltar alguns pontos que nortearam a presente reflexão. O primeiro deles é referente ao ponto central desse texto, isto é, a importância e participação de brinquedos e brincadeiras no processo educacional infantil. Há um entendimento de que o lúdico é fundamental para a educação infantil, a criança aprende mais e melhor quando também se diverte. O que se percebe nos textos extraídos do *Boletim da LBA* é uma demasiada racionalização e tecnificação do processo de educação, em seu sentido mais amplo, e com isso também se racionalizou a diversão e a brincadeira. Tal processo fora estimulado em nome de um melhor “aproveitamento”, isto é, ao invés de uma brincadeira “inútil” era recomendado uma brincadeira “útil” em que mente e corpos aprendessem algo, e com isso fossem disciplinados. Subjaz a lógica capitalista-burguesa da utilidade dos fatos e da docilização dos corpos, crescendo dóceis para o trabalho (Silva, 2018). E, como evidenciado por Costa Júnior (2023, p. 196) quando analisa a historiografia sobre as infâncias, criou-se historicamente uma visão hegemônica dominante sobre as infâncias, “uma imagem mais ou menos fixa que quis reduzir a multiplicidade das infâncias e crianças a um modelo em negativo definido assim: a criança é aquela sem voz, embora paradoxalmente esteja situada na espécie que fala; sua condição é marcada por um vir a ser”. Isto é, nos deparamos com uma concepção de infância emudecida nas páginas do *Boletim* e nas ações da LBA.

Nesse sentido, é oportuno apontarmos que a LBA, desde sua fundação em 1942, fora mantida financeira e ideologicamente pelas classes conservadoras, isto é, os setores comercial e industrial e a Igreja Católica. Nas páginas do *Boletim*, no período 1947-1964, há um processo ativo de convencimento e disseminação de ideias, no entanto, essa ação é direcionada não às classes populares diretamente, mas às classes médias, no propósito de conformá-las aos valores burgueses médico-sanitários, fortalecendo a clivagem entre as classes médias e as populares. Observamos, assim, que há um caráter essencialmente conservador em “ser moderno” nas páginas do *Boletim*, preceitos presentes nas constantes e contundentes críticas à “mãe solteira”, à “família desestruturada”, e também evidente no elogio ao trabalho manual destinado às classes pobres, na concepção de trabalho infantil e na própria ideia, mais geral, de que as classes populares precisam ser assistidas, e sobretudo dirigidas e orientadas.

Por fim, é mandatário ressaltar que a disciplina, a modernidade e a própria ideologia burguesa não se impuseram imediatamente e sem resistências. Há a renitência das classes pobres em adotar os comportamentos modernos, essencialmente burgueses, promovidos, entre outras esferas e grupos, pelo *Boletim* e pela LBA, por meio da expansão e divulgação dos conhecimentos da puericultura. Tal renitência não é expressamente declarada nas páginas do *Boletim* – tendo em vista ser a publicação oficial da instituição –, mas consta nas nuances, como a permanência por vários anos nas mesmas temáticas, por diferentes abordagens, denotando assim que tais premissas ainda não haviam se consolidado efetivamente. Pode-se apontar como exemplo as práticas puericultoras que atravessam décadas sendo divulgadas sempre com muita ênfase, como se ainda fosse necessário convencer o público de sua importância.

Michel de Certeau (1994) distingue táticas de estratégias e, com isso, fortes de fracos,

dominantes de dominados. Nessa perspectiva, as estratégias correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito detentor de algum tipo de poder que, por esta via, “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (*Ibidem*, p. 46). As táticas, por sua vez, são apresentadas pelo autor como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes maneiras de fazer. Resultam das astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às tentativas de controle e tomarem uma ação no jogo em questão. Nesse sentido, cabe apontar que muitas práticas cotidianas, tais como falar, ler, circular, cozinhar, amamentar ou educar os filhos - são do tipo tática, pois, desvelam-se como bricolagens de diferentes e que possibilitam sutis vitórias dos fracos sobre os mais fortes.

Contudo, a reflexão da LBA, no período 1947-1964, sobre o lúdico e o lazer infantil esteve orientada por um caráter funcionalista, uma vez que entendia o lazer como um compensador do esforço do aprendizado. Para além, estava baseada numa concepção tecnicista do lúdico, onde este não estava referenciado pela liberdade e pelo prazer infantil, mas sim racionalizado e cientificado para que se pudesse dele extrair os melhores resultados. Imbuída de valores e preceitos ligados às classes conservadoras, a LBA trazia como finalidade de seus atos a salvaguarda da criança brasileira, tratando-se em si da proteção e do fortalecimento da mão de obra industrial do futuro. O Brasil dos anos 1950 era um país cheio de futuro, pelo menos esse era o ideário majoritário. Desse modo, o esforço disciplinador, como procuramos mostrar, estava espalhado por inúmeras facetas do cotidiano, especialmente do cotidiano materno-infantil. O que não impediu de as classes populares manifestarem sua resistência aos preceitos modernos, essencialmente burgueses, que se queriam impor-lhes.

Referências

Fontes

Boletim da LBA, n. 22, jan. 1947; n. 24, abr.-maio 1947; n. 27, set. 1947; n. 28, out. 1947; n. 68, jul. 1951; n. 67, jun. 1951; n. 70, set. 1951; n. 73, dez. 1951; n. 80, out.-dez. 1955; n. 83, jul.-set. 1956; n. 85-86, jan.-jun. 1957; n. 89, nov.-dez. 1957; n. 98, ago. 1959; n. 110, abr.-jun. 1963; n.115, out. -dez. 1964.

Bibliografia

ANDRADE, C. L. *A contribuição de Mário de Andrade para a Saúde Pública no estabelecimento de um projeto*

de educação destinado a crianças e jovens no Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (1935-1938). 2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AUGUSTO, S. *Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a JK*. São Paulo: Cinemateca Brasileira; Companhia das Letras, 1989.

BARBOSA, M. T. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de Assistência em tempos de guerra (1942-1945)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BONILHA L. R.; RIVORÊDO C. R. Puericultura: duas concepções distintas. *J Pediatría*, Rio de Janeiro, n. 81, p. 7-13, 2005.

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CÔRTEZ, I. R. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA JÚNIOR, J. S. A historiografia da infância na berlinda(?): entre um fantasma e um trampolim. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 15, n. 30, p. 158-204, 2023.

FERRAZ, F. C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: EdUEL, 2012.

FREIRE, M. M. L. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2009.

GAERYSZEWski, A. *Agonia de morar: urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) – 1945-1950*. Londrina: EdUEL, 2012.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. *Perspectiva*, v. 12, n. 22, p. 105-128, 1994.

LARROSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LEMOS, F. C. R. A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 81-91, abr. 2007.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCELINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papirus, 2010.

MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, A. P. V. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 135-154, 2008.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. IN: SCHAWARCZ, L. M. (Coord.); NOVAIS, F. A. (Dir.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIGUEL, R. B.; RIAL, C. Programa de Mulher. In: PINSKY, C B.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PARADA, M. Corpos infantis e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). *Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, v. 12, n. 1, 2013.

SANGLARD, G. Filantropia e política pública: Fernandes Filgueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. In: SANGLARD, G. *et al.* (Org.). *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2015.

SILVA, B. S. M. A "maternidade moderna" e a medicalização do parto nas páginas do Boletim da Legião Brasileira de Assistência, 1945-1964. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 25, p. 1019-1037, 2018.

SILVA, B. S. M. *Modernidade e assistência social no Brasil dos anos dourados: a atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, R. *Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961)*. 2008. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, A. S. *Sessão das moças: história, cinema, educação (Florianópolis: 1943-1962)*. 2010, Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.